



Capes

## DOCUMENTO DE ÁREA

Período de Avaliação: 2001/2003

Área de Avaliação: 31 - COMUNICAÇÃO/CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

## 1. A área de avaliação

A área de avaliação Ciências Sociais Aplicadas I é constituída, no momento de sua maior expansão no triênio, por 19 Programas de Pós-Graduação em Comunicação e 7 em Ciência da Informação. Os PPG de Comunicação configuram, em 2003, um universo composto por sete cursos de Mestrado e doze Programas de Mestrado e Doutorado, enquanto o sistema nacional de pós-graduação em Ciência da Informação é composto por quatro Mestrados e três Programas de Mestrado e Doutorado. No conjunto, portanto, foram avaliados no triênio 26 Programas de Pós-Graduação, quinze dos quais incluem Doutorados, enquanto os outros onze oferecem apenas Mestrados.

Os PPG de Comunicação envolveram em 2003 um total de 417 docentes, enquanto os de C. da Informação foram compostos por 83 docentes. Os núcleos docentes das duas áreas do conhecimento envolveram, respectivamente 278 e 64 professores. Este conjunto de Programas acolheu nesse mesmo ano um total de 2.277 estudantes de pós-graduação na área de Comunicação e 371 discentes na área de C. da Informação.

A área de Comunicação tituló no período 1.853 discentes: 1.398 mestres e 455 doutores. A área de Ciência da Informação, por sua vez, tituló 228 mestres e 43 doutores, num total de 271 titulados.

Embora o conjunto da área de avaliação tenha tido um crescimento considerável nos últimos anos em todos os requisitos, as duas áreas de conhecimento nela reunidas têm comportamento distinto no que se refere a dimensões e crescimento. A pós-graduação da área de C. da Informação teve uma evolução constante, porém discreta e insuficiente para acompanhar o crescimento do sistema nacional de pós-graduação. Paralelamente à expansão da sua graduação, a área de Comunicação, por sua vez, cresceu de forma acelerada. Em termos comparativos, as duas áreas possuíam volumes muito próximos há alguns anos e foram se distanciando com o tempo. Em 1996, havia cinco Programas em C. da Informação e oito em Comunicação. Após três avaliações, verifica-se que C. da Informação se compõe de sete Programas enquanto em Comunicação o número de programas subiu para dezenove. Este contraste é ainda mais expressivo no número de Doutorados. Em 1996 estes eram em número de dois em Ciência da Informação e quatro em Comunicação. Oito anos depois, os Doutorados em Ciência da Informação aumentaram de dois para três, enquanto os de Comunicação passaram de quatro para doze.

A pequena expansão do número de Programas na área de C. da Informação pode ser vista na tabela abaixo, que inclui os últimos três períodos de avaliação:

	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
M	3	3	3	2	2	3	3	4
M/D	2	2	2	3	3	3	3	3

Total	5	5	5	5	5	6	6	7
-------	---	---	---	---	---	---	---	---

Tabela 1: Evolução do número de PPG em C. da Informação

Este é o mesmo período em que a área de Comunicação, que se tinha estabilizado consideravelmente desde os anos 70, cresce mais rapidamente, como se verifica na tabela abaixo:

	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
M	4	6	8	5	5	6	8	7
M/D	4	4	4	8	9	9	10	12
Total	8	10	12	13	14	15	18	19

Tabela 2: Evolução do número de PPG em Comunicação

A evolução mais notável nas duas áreas, entretanto, diz respeito ao número de titulados, principalmente no que tange à formação de doutores. No período referente às três últimas avaliações, a pós-graduação de Ciência da Informação formou 78 novos doutores e 533 mestres. O número é particularmente expressivo no doutorado, como se pode depreender na tabela abaixo, pois em 1996 apenas um estudante foi titulado neste nível enquanto em 2003 a área doutorou 19 discentes. Além disso, como o conjunto dos orientadores que constituem os núcleos docentes dos Programas na área é de apenas 64 professores neste momento, a titulação de 19 doutores por ano em 2003 e de 78 no período garante uma excelente taxa de incremento de doutores/ano na área.

	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	Total
Mestres	47	52	55	67	84	95	69	64	533
Doutores	01	04	12	9	9	10	14	19	78
Total	48	56	67	76	93	105	83	83	611

Tabela 3: Evolução da titulação de mestres e doutores em C. da Informação

Em Comunicação os números são ainda maiores. A área formou 810 doutores e 2.505 mestres em apenas oito anos (cf. tabela 4). Em 1996, a pós-graduação da área foi capaz de formar 54 doutores, poucos anos depois, em 2000, alcançou a marca de 100 novos doutores por ano, para se estabilizar, em 2002 e 2003 numa média de 175 doutores titulados por ano. Isso tudo para um núcleo docente que se estabilizou um pouco acima de duzentos professores, do que se depreende que apenas uma parte minoritária dos novos doutores atua no sistema nacional de pós-graduação da área. Isto provavelmente significa que neste momento o Brasil tem doutores em Comunicação em número suficiente para promover, num tempo relativamente curto, uma expansão ainda maior da pesquisa e da pós-graduação na área. Ademais, é igualmente verdadeiro que o sistema nacional de pós-graduação em Comunicação, atualmente com cerca de 2.300 vagas para a formação de mestres e doutores e com capacidade de titular mais de 650 discentes por ano, vem se mostrando habilitado para responder com eficiência às necessidades de formação em alto nível de docentes de graduação na área.

	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	Total
Mestres	146	144	185	282	350	411	491	496	2.505
Doutores	054	055	059	087	100	105	178	172	810
Total	200	201	244	369	450	516	669	668	3.315

Tabela 4: Evolução da titulação de mestres e doutores em Comunicação

## 2. Procedimentos da Avaliação

O Comitê da área de Ciências Sociais Aplicadas I realizou a avaliação dos 26 Programas de Comunicação e Ciência da Informação em duas fases, respectivamente nos períodos de 5 a 8 de julho e de 8 a 14 de agosto de 2003. Em ambas as fases, o Comitê trabalhou dividido em duas sub-comissões, repartidas pelas duas áreas de conhecimento abrigadas nesta área de avaliação. A sub-comissão de Comunicação foi composta por Afonso de Albuquerque (UFF), José Luiz Warren Jardim Gomes Braga (Unisinos), José Salvador Faro (Umesp), Március César Soares Freire (Unicamp), Milton José Pinto (UFRJ) e Rousiley Celi Moreira Maia (UFMG), além do representante de área. A sub-comissão de Ciência da Informação foi composta por Eduardo Wense Dias (UFMG), Johanna Wilhelmina Smit (USP) e Sueli Angélica do Amaral (UnB). Mauro Pereira Porto (UnB) integrou a sub-comissão de Comunicação na primeira fase, mas não pode participar dos trabalhos da última fase da avaliação em função de compromissos docentes assumidos no exterior.

A escolha dos consultores orientou-se por princípios voltados para assegurar o necessário conhecimento do funcionamento do sistema de pós-graduação e uma renovação no conjunto dos avaliadores, introduzindo-se novos olhares e novas perspectivas. Assim, três dos sete consultores da área de Comunicação e um dos três da área de Ciência da Informação não havia participado da avaliação no triênio passado.

Na primeira fase da avaliação: a) foram discutidos critérios, princípios, procedimentos e parâmetros da avaliação geral; b) empreendeu-se a avaliação de teses e dissertações dos Programas; c) distribuiu-se os materiais (cadernos e planilhas) para o trabalho individual dos membros das sub-comissões voltados para a preparação da última fase da avaliação. Na última fase, as sub-comissões dedicaram-se às rotinas fundamentais da avaliação trienal da Capes: exame coletivo dos relatórios anuais dos Programas, discussão dos julgamentos de quesitos e itens sob avaliação, preenchimento das Fichas de Avaliação e atribuição dos conceitos.

Os procedimentos foram todos orientados para assegurar a adoção de um padrão unitário de ponderação e julgamento para toda a área de avaliação e um conjunto compartilhado por todos de princípios que configurassem um espírito de avaliação o quanto possível homogêneo. Para tanto, adotou-se um sistema de trabalho que prescrevia que todo dado fosse examinado e conferido por pelo menos dois avaliadores e que cada quesito e cada item da ficha de avaliação fosse examinado, discutido e avaliado de maneira detalhada e cuidadosa pelo conjunto dos consultores de cada área, tomando-se todo o cuidado possível para: a) garantir que a interpretação dos dados consignados fosse ato coletivo e consensual; b) diminuir ao mínimo a possibilidade de erro de interpretação ou leitura dos dados; c) reduzir o quanto possível incoerências e discrepância no padrão de julgamento aplicado ao conjunto dos programas.

O trabalho de exame, julgamento e preenchimento das Fichas de Avaliação durou quatro semanas e foi realizado individualmente no período entre as duas fases da avaliação. Neste momento, cada Programa foi submetido ao exame de dois avaliadores e a dois julgamentos diferentes. Depois disso, o Comitê se reuniu novamente na Capes para a fase final e intensiva de trabalhos cuja rotina consistiu: a) no exame e discussão, pelo conjunto dos avaliadores das sub-comissões, dos pareceres de cada dupla de consultores sobre cada quesito de cada Programa; b) em compatibilizar o julgamento de cada quesito de cada Programa com o julgamento do

mesmo quesito no conjunto dos programas de cada área; c) em elaborar e aprovar coletivamente os conceitos atribuídos e as Fichas de Avaliação de cada programa.

Cada dado foi efetivamente verificado, cada julgamento foi discutido coletivamente, cada texto, refeito várias vezes. As fichas de avaliação de cada programa foram preenchidas num nível de detalhamento e de apresentação das bases de julgamento aplicadas aptos a propiciar às coordenações qualquer recurso em caso de conflito de interpretação com o comitê. No final, esperamos ter oferecido às áreas de comunicação e informação a melhor avaliação possível dos seus programas e cursos.

### 3. Critérios e princípios empregados

#### 3. 1 – Do estabelecimento dos critérios e princípios

A nossa área tem considerável experiência na institucionalização dos critérios, parâmetros e princípios empregados pelas suas sub-comissões na avaliação. Neste sentido, foi uma das primeiras áreas de avaliação a substituir a prática da produção de critérios e parâmetros *ad hoc* e no momento da avaliação por procedimentos deliberativos relativamente longos, de muito anteriores ao ato de avaliação e envolvendo um fórum nacional de coordenadores de programas, além das direções executivas das associações nacionais de pós-graduação de cada uma das duas áreas do conhecimento.

Desde 1996 a área de avaliação Ciências Sociais Aplicadas I da Capes instituiu as reuniões periódicas para constituição e revisão dos critérios e parâmetros empregados nas avaliações seguintes dos programas de pós-graduação das áreas de Comunicação e Ciência da Informação. Desde então, trata-se de uma reunião com os coordenadores de programas ou seus representantes, certificada e acompanhada pelas diretorias da Compós, no caso da Comunicação, e da Ancib, no caso da Ciência da Informação. A orientar a existência de tais reuniões, há um claro princípio de política de pós-graduação que vem se instalando na área desde a metade dos anos 90 e que se pode tentar resumir na seguinte proposição: para se construir e consolidar uma área de conhecimento, os critérios, os parâmetros e as ponderações da avaliação não devem ser construídos *ad hoc*, por comissões científicas convocadas para tanto, e aplicados retroativamente no julgamento do desempenho passado dos programas, como costumava acontecer; critérios, parâmetros e ponderações devem ser contratados pela comunidade de pós-graduação da área e transformados em orientadores de desempenho antes de poderem funcionar como orientadores de julgamento do desempenho pregresso.

Já em sua terceira edição, essas reuniões são fundamentais para oferecer a máxima visibilidade possível ao processo de avaliação e, sobretudo, para aproximar o ato da avaliação de perspectivas de construção de área, distanciando-o, por outro lado, de um mero comportamento ritualizado da administração pública voltado para a distribuição periódica de punição e recompensas. De tal forma que depois dessas reuniões de revisão, a comunidade de pós-graduação sabe exatamente como será avaliada posteriormente e, portanto, quais são as direções, os ângulos e as inflexões que o sistema nacional de pós-graduação da área se impõe neste momento.

As reuniões ganharam a forma de um fórum democrático do sistema nacional de pós-graduação nas áreas de Comunicação ou de Ciência da Informação. É o momento no

triênio em que o sistema se abre para a alteração, a revisão, a correção ou o reforço de rumos segundo o interesse da comunidade de programas da área. Depois disso, o contrato está estabelecido até a próxima revisão periódica e o empenho dos contratantes passa a se concentrar na formulação e implementação de políticas internas, nos respectivos programas, dedicadas ao ajuste aos critérios e parâmetros de área.

Com a crescente institucionalização da prática, os participantes das reuniões de revisão trabalham à luz de três referências institucionais mutuamente relacionados: os interesses e políticas da própria área de conhecimento, o sistema nacional de pós-graduação coordenado pela Capes e o sistema nacional de ciência e tecnologia. O primeiro sistema de referências vem se constituindo *pari passu* com o incremento da consolidação da área e com o aumento, quantitativo e qualitativo, do conjunto das suas lideranças responsáveis pelas políticas acadêmicas. Responde, naturalmente, ao que a área quer de si mesma, quais são suas metas e suas agendas, para onde pretende ir. Este sistema de referência se realiza no cruzamento dos outros dois. Responsavelmente, os líderes e gestores das políticas científicas e acadêmicas da área sabem da impossibilidade de uma mentalidade solipsista em ciência e tecnologia. O estágio atual - suas políticas, sua agenda, suas sinalizações para o futuro - tanto do sistema nacional de pós-graduação quanto do sistema que controla o fomento (mas também prestígio e distinção no campo científico) em ciência e tecnologia é fator altamente considerável nas decisões internas sobre as políticas de pós-graduação da área.

Considerar os sistemas cujas linhas de força o atravessam, significa, para o sistema de referência interno da área, pelo menos três coisas: a) antes de tudo, *conhecimento* - saber como funcionam, como estão estruturados e quais são as direções que nesse momento se impõem os outros dois sistemas de referência, torna-se decisivo para o estabelecimento de qualquer política interna conseqüente e fecunda para a área do conhecimento; b) além disso, *autonomia e negociação* – é mister envidar esforço para aproveitar todos os espaços possíveis de autonomia para garantir as próprias políticas e para aproveitar todas as oportunidades possíveis de negociação para tentar assegurar respeito às agendas da área nos outros sistemas. Essas reuniões vêm representando, sem dúvida alguma, uma forma altamente qualificada e responsável de autodeterminação dos nossos programas, cujo resultado imediato tem significado um crescente desenvolvimento da consolidação das nossas áreas do conhecimento.

Os critérios empregados nesta avaliação trienal remontam, portanto, a 1998, quando a representação de área coordenou um processo de formulação e exame dos critérios que estabelecem o perfil de excelência (curso 5) na área, num movimento que culminou com a discussão e aprovação de tais critérios pelos coordenadores de programas reunidos nos fóruns das associações de programas de pós-graduação das duas áreas de conhecimento implicadas, a saber, a ANCIB, para área de informação, e a Compós, para a área de comunicação.

Em 2001, foram preparados mais dois documentos, tornados públicos para os coordenadores de pós-graduação e para as comunidades científicas, em que se tentava refinar as bases das atribuições de conceitos aos programas avaliados. Trata-se dos documentos “Perfil dos Cursos 6 e 7” e “Perfil do Curso 3”, em que se explicitava, quesito a quesito e item a item, o que caracterizaria um curso classificado nesses níveis. Estes documentos foram finalmente aprovados pelos coordenadores de programas, depois de discussão aberta nos fóruns devidos.

Para a avaliação do triênio 2001-2003, foram realizadas uma reunião da área de Ciência da Informação, em junho de 2002, e duas reuniões da área de Comunicação.

A primeira foi realizada em Brasília, na Capes, no dia 23 de abril de 2002. A última realizou-se no Rio de Janeiro, na Escola de Comunicação da UFRJ, nos dias 3 e 4 de junho desse ano. Nessas sessões foram examinados e discutidos: a) os critérios de avaliação consignados no documento “Perfil de Excelência da Área”, resultado de anterior reunião de revisão; b) os pesos e as listas de quesitos e itens da avaliação constantes na Ficha de Avaliação da Capes para a área; c) os parâmetros de avaliação, particularmente o *princípio que demandava inserção nas áreas da Comunicação Social e de Ciência da Informação do conhecimento produzido no interior dos seus programas de pós-graduação* que foi aplicado na avaliação continuada e na avaliação trienal e que, desde então, vinha sendo alvo de enormes polêmicas na área. Essas sessões contaram com a presença da diretoria da Compós, com os coordenadores dos 16 programas recomendados pela Capes, ou seus representantes, convidados para tanto pela nossa Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação, além de coordenadores de equipes cujas propostas de programa estavam já em tramitação na Capes e de outros convidados.

Ao final do processo, tanto o fórum de pós-graduação da área de Ciência da Informação, de forma serena e consistente, quanto aquele da área de Comunicação, através de um processo deliberativo longo e exaustivo, apoiaram, por unanimidade dos presentes, os documentos finais que orientaram esta avaliação, em todos os seus princípios, parâmetros e ponderações, e que já foram aplicados e testados nas avaliações continuadas da área no período.

### 3. 2 – O Perfil de excelência da área de avaliação (versão adotada no triênio)

A consecução da excelência no sistema nacional de pós-graduação localiza o curso ou programa nos pontos 5, 6 ou 7 da escala de classificação da Capes. Um curso com conceito 5 deverá, em seu conjunto, ter atingido a excelência do padrão de qualidade estabelecido pela área de conhecimento. As notas 6 e 7 são reservadas para uma ulterior distinção no interior do conjunto dos programas considerados de excelência. As indicações abaixo se referem, portanto, aos cursos ou programas a serem classificados como de **excelência** pela área.

#### I - QUANTO À PROPOSTA DO PROGRAMA OU CURSO

Uma proposta atinge a excelência quando

a) em todos os âmbitos da atividade própria da pós-graduação - pesquisa, orientação e ensino - reflète de maneira unitária, coerente, clara e fecunda o propósito precípua da sua especialidade, a saber, formar bons pesquisadores, em se tratando de programas acadêmicos, e formar profissionais de alto nível, quando se trata de mestrados profissionais;

b) integra perfeitamente área(s) de concentração, linhas de pesquisa, projetos de pesquisa, produção intelectual e estrutura curricular de modo tal que: i) a(s) área(s) de concentração delimite(m) de maneira clara o objeto de especialidade da produção de conhecimento e da formação realizada no Programa e oferecida por ele; ii) as linhas de pesquisa constituam a restrição temática, o recorte específico da área de concentração representado pela capacidade docente instalada no Programa, num dado momento; iii) os projetos de pesquisa e a estrutura curricular reflitam e concretizem a linhas de pesquisa e área de concentração como sua execução; iv) a

produção intelectual docente e discente, teses e dissertações reflitam e concretizem as linhas de pesquisa e área de concentração como seu produto;

## II - QUANTO AO CORPO DOCENTE

a) Existência de uma equipe consistente de professores contratados pela instituição, com vínculo e dedicação compatíveis com o núcleo de referência docente 6, suficiente em volume e experiência para a execução das atividades fundamentais de pesquisa, orientação e ensino de modo que nisso não se configure dependência de docentes com outro tipo de contrato, vínculo ou dedicação. O NRD6, portanto, deve ser suficiente e adequado em volume (cf. item b do quesito 5) e capacitação, constituindo-se qualquer outro conjunto de docentes em força e capacidade agregada à equipe básica de execução da proposta.

b) Os docentes do NRD devem ser, na sua totalidade, doutores. Exceções, quando couberem, devem ser justificadas;

c) Todos os docentes do NRD6 devem estar envolvidos em projetos de pesquisa;

d) Deve haver diversidade de instituições de titulação da equipe docente: i), no sentido de evitar a "endogenia" na formação, os docentes devem preferencialmente titular-se em programas diferentes daqueles em que trabalham; ii) no sentido de facilitar a diversificação de formações, docentes devem preferencialmente titular-se em instituições diversas entre si. Na avaliação desse aspecto levar-se-ão em consideração tanto as instituições de obtenção do título de doutor quanto as instituições em que se realizou o treinamento pós-doutoral.

e) A equipe docente deve reunir especialidades suficientemente abrangentes de forma a cobrir a(s) área(s) de concentração e linhas de pesquisa do programa. Por outro lado, a(s) especialidade(s) do docente deve(m) ser de tal modo clara(s) que se possa reconhecer sua específica inserção na linha de pesquisa e a coerência da sua orientação e da sua atividade didática.

f) Adequada política de professores e/ou pesquisadores visitantes, garantindo-se a presença de idéias, experiências, teorias e modelos de pesquisas novos, sem que isso, todavia, configure dependência de docentes externos. Presença de examinadores externos ao programa em todas as bancas de avaliação de trabalhos finais.

g) O NRD6 deve ser, preferencialmente, exclusivo do programa. Justifica-se que um percentual do NRD6 possa ser compartilhado apenas quando se verifica a totalidade das condições seguintes: i) realizar-se entre dois programas de uma mesma instituição; ii) a participação do(s) docente(s) compartilhado(s) no programa em avaliação incluir todas as atividades específicas da pós-graduação (pesquisa, orientação, ensino e produção e intelectual); iii) houver uma clara indicação das atividades de pesquisa e produção intelectual específicas do programa em avaliação.

## III - QUANTO ÀS ATIVIDADES DE PESQUISA

a) Linhas de pesquisa representam a especialidade de produção de conhecimento, dentro de uma área de concentração, sustentada por uma equipe de docentes; a atividade de pesquisa representa a realização concreta de tal especialidade. Devem, portanto, cobrir de maneira coerente as dimensões fundamentais da área de

concentração. Por isso mesmo, i) a atividade de pesquisa deve estar inserida de forma coerente e fecunda no interior das linhas de pesquisa e da(s) área(s) de concentração; ii) a atividade de pesquisa deve ser distribuída de forma coerente e equilibrada pela(s) área(s) de concentração e linhas de pesquisa.

b) As linhas de pesquisa representam agregações da capacidade de pesquisa instalada no programa. Devem, por isso, ser em quantidade compatível com o número de docentes envolvidos;

c) O projeto de pesquisa deve ser formulado de maneira a que se possa compreender claramente o objeto da investigação, a posição da pesquisa no estado do conhecimento sobre o objeto, os meios, recursos e propósitos do projeto e os resultados pretendidos.

d) Deve haver uma proporção adequada entre o número de projetos de pesquisa e a dimensão do corpo docente. Cada docente não deveria coordenar mais que um projeto de pesquisa em andamento de cada vez, devendo as exceções ser justificadas.

e) Deve haver vinculação entre a pesquisa discente e o projeto e/ou linha de pesquisa do docente que o orienta.

f) Será valorizada a existência de pesquisa em ambientes de cooperação (grupos de pesquisa e pesquisas associadas).

g) Será valorizada a existência de suporte para a difusão da pesquisa realizada pela comunidade científica da área (em particular Periódico Científico).

h) Será valorizada a existência de pesquisas conduzidas por grupos de professores.

#### IV - QUANTO ÀS ATIVIDADES DE FORMAÇÃO

a) O conjunto de disciplinas e seminários deve ser coerente com a proposta do programa e se inserir na área de concentração e nas linhas de pesquisa.

b) Tanto do ponto de vista do elenco quanto da perspectiva da oferta, as disciplinas e seminários devem ser em volume adequado em relação à dimensão do corpo discente, à creditação exigida do estudante, ao número e especialidade das linhas de pesquisa. Deve, além disso, ser em número suficiente para assegurar reais opções aos discentes.

c) Os orientadores devem ser doutores e estar envolvidos nas atividades de pesquisa e ensino do programa. Preferencialmente, para o mestrado, e necessariamente, para o doutorado, os orientadores devem estar titulados e vinculados às atividades de pós-graduação em sentido estrito há pelo menos três anos.

d) A oferta de disciplinas no período da avaliação deve mostrar uma participação equilibrada da equipe docente do NRD6.

e) Em programas cujos docentes se dediquem exclusivamente ao mestrado e/ou ao doutorado, considera-se que um docente do NRD6 possa orientar adequadamente até o número de 10 estudantes ao mesmo tempo. Em programas cujos docentes se dediquem também a atividades de graduação, considera-se que o docente do NRD6 possa orientar adequadamente até o número de 6 estudantes ao mesmo tempo.



## V - QUANTO AO CORPO DISCENTE

a) O fluxo de estudantes deve ser equilibrado, considerando-se um fluxo adequado aquele em que 60% dos que ingressem no programa sejam titulados ao fim do período regular de formação. Será considerado como atenuante legítimo desse critério as não-titulações de matriculados que forem decorrentes de iniciativas de desligamento realizados pelo programa, que forem realizadas dentro de um projeto pedagógico coerente com a sua proposta, nos dois primeiros semestres de vinculação do estudante ao programa e forem consignadas de forma clara na parte descritiva do relatório Capes.

b) A dimensão do NRD6 com relação ao volume de alunos será considerada adequada quando se respeitarem os seguintes parâmetros: i) em programas cujo NRD6 dedique-se integral e exclusivamente ao mestrado/doutorado, um docente para cada 12 discentes; ii) em programas cujo NRD6 dedique até 60% da sua carga horária ao mestrado/doutorado, 1 docente para cada 7 discentes. Em todo o caso, deve-se assegurar que a dimensão do NRD6 seja suficiente para a orientação e acompanhamento de todos os alunos e para a execução da estrutura curricular.

## VI - QUANTO A TESES E DISSERTAÇÕES

a) A média da duração da titulação discente não deve ultrapassar 30 meses para o mestrado e 50 meses para o doutorado. Para fins de qualificação da excelência, considerar-se-á apenas o tempo médio de titulação, desprezando-se os índices do tempo médio de titulação de bolsistas, tempo médio de bolsa e tempos médios de titulação de bolsistas em relação ao tempo médio de titulação de não bolsistas.

b) Os titulados devem preferencialmente ter sido orientados por docentes do núcleo de referência principal. Será caracterizada dependência de orientadores externos quando o número de titulados orientados por professores externos a esse núcleo ultrapassar 30% do total dos titulados no período.

c) As titulações devem ser vinculadas a área de concentração e linha de pesquisa do orientador.

d) teses e dissertações serão avaliadas por amostragem, da seguinte forma: i) cada curso de mestrado submeterá à avaliação as suas duas melhores dissertações anuais; cada Programa submeterá a sua melhor tese e a sua melhor dissertação; ii) a avaliação será comparativa e servirá para verificar comparativamente o melhor desempenho de cada Programa em relação aos demais. iii) Uma dissertação de mestrado deve representar um qualificado exercício metodológico de pesquisa científica, refletindo os seus elementos essenciais: capacidade de formular hipóteses e comprová-las, capacidade de dominar conceitualmente fontes materiais (materiais de campo, resultados empíricos, fontes bibliográficas), fundamentação teórica, compreensão e domínio do estado-da-arte, domínio amadurecido dos procedimentos argumentativos e demonstrativos. De uma dissertação o que há de se requerer é o domínio (compatível com os estudos pós-graduados) dos procedimentos da pesquisa e uma apresentação consistente do estado-da-arte em um âmbito de questões da área de conhecimento; iv) Uma tese de doutorado deve representar um avanço no estado-da-arte em um âmbito de questões da área de conhecimento. Deve supor o domínio do *status questionis* e o manejo mais amadurecido dos procedimentos formais e materiais da pesquisa, próprios do mestrado, mas a sua especificidade consiste em representar um incremento importante nos estoques cognitivos de uma determinada

especialidade. Este incremento pode consistir na descoberta material, na invenção conceitual ou na inovação metodológica.

## VII - QUANTO À PRODUÇÃO INTELECTUAL

a) A produção intelectual em geral deve ser de boa qualidade, regular e distribuir-se de forma equilibrada pela totalidade da equipe docente, tomando-se como base o núcleo de referência docente principal.

b) No caso da publicação, será considerado indício de excelência o número de dois títulos em artigos e/ou capítulos de livros ou um livro publicado por ano por professor do programa. Para efeito de julgamento, a avaliação considerada prioritariamente será aquela consignada em periódicos científicos e livros, com a seguinte ponderação: livro científico completo (2,0); capítulo em coletânea científica (1,0); livro didático (1,0); artigo em periódico científico (1,0); re-edição revisada de livro científico (1,0); organização de coletânea científica (0,5). O índice de excelência adotado no triênio será, portanto, a média de 2,0 títulos por docente/ano.

c) A produção discente não deve se limitar a dissertações e teses, sendo também valorizadas publicações, apresentações de trabalho, atividades técnicas e artísticas etc. desde que vinculados às atividades específicas de formação desenvolvidas no programa.

d) produção técnica - critérios a ser gerados pelas comunidades científicas das áreas de comunicação e ciências da informação;

e) produção artística - critérios a ser gerados pelas comunidades científicas das áreas de comunicação e ciências da informação;

## VIII - O PARÂMETRO DA INSERÇÃO/DISPERSÃO TEMÁTICA NA ÁREA DO CONHECIMENTO

O julgamento da formação oferecida e do conhecimento produzido pelos programas será feito também à luz da sua **inserção ou do seu distanciamento da área de conhecimento da Comunicação ou da Ciência da Informação**. Por conseqüência, será considerada na avaliação a percepção da **relevância e do impacto sobre a área** do conhecimento de todas as dimensões de atuação (ensino, pesquisa e orientação) e de todos os índices de resultados (teses ou dissertações, publicações) próprios da pós-graduação. Um programa de excelência deve ter contribuição efetiva para a produção de conhecimento no campo da Comunicação Social ou da Ciência da Informação, efetiva capacidade de formar os pesquisadores e os professores de que tanto carece estas disciplinas e inserir a sua produção intelectual, a sua pesquisa, a sua oferta letiva e a sua formação de pesquisadores na área de conhecimento onde estão abrigados.

## IX - PONDERAÇÃO

Em termos gerais, julga-se que um programa considerado excelente deverá já ter sedimentado o preenchimento das exigências dos quesitos I, II e IV (respectivamente: Proposta do Programa, Corpo Docente, Atividade de Formação), que são quesitos de

garantia para a obtenção de resultados, sendo recomendável que, no cômputo geral, esses quesitos tenham o peso de 20%. A grande ênfase, por conseguinte, deve recair sobre os quesitos constantes de III, V, VI e VII (respectivamente: Atividade de Pesquisa, Corpo Discente, Teses e Dissertações e Produção Intelectual), já que os itens constantes destes quesitos dizem respeito a resultados efetivamente obtidos, indicadores indiscutíveis da excelência do programa, cabendo, por isso, a esses quesitos um peso de 80% no cômputo da avaliação.

Assim:

I. Proposta do Programa	xx
II. Corpo Docente	10
III. Atividade de Pesquisa	20
IV. Atividade de Formação	10
V. Corpo Discente	15
VI. Teses e Dissertações	20
VII. Produção Intelectual	25

### 3. 3 – Dos elementos novos nesta avaliação e dos procedimentos adotados

Dois instrumentos foram empregados pela primeira vez nesta avaliação trienal da área: a avaliação qualitativa de teses e dissertações dos Programas e a adoção do sistema Qualis com critério indicador da qualidade da produção intelectual consignada em artigos de periódicos.

#### 3. 3. 1 – Da avaliação qualitativa de teses e dissertações

A avaliação qualitativa de teses e dissertações foi uma proposta discutida e consensualmente aprovada pelos coordenadores de Programas. A escolha dos dois melhores trabalhos do ano ficou a cargo do próprio Programa. Nesta avaliação foram considerados os seguintes aspectos:

##### I - ASPECTOS CONCEITUAIS

a) Cada PPG apresentou os seus dois melhores trabalhos finais. Assume-se que se possa retirar do exame desse material informações sobre o melhor padrão de trabalho final adotado em cada Programa. A experiência prevista da avaliação solicita que a Comissão de Avaliação determine em que posição se situa o padrão adotado no Programa em face de um padrão (modelar no que se refere ao conjunto básico de expectativas, mas comparativo no que se refere ao grau de atingimento) do sistema nacional de pós-graduação em Comunicação.

b) Uma dissertação de mestrado deve representar um qualificado exercício metodológico de pesquisa científica, refletindo os seus elementos essenciais: capacidade de formular hipóteses e comprová-las, capacidade de formular uma questão de pesquisa, capacidade de dominar conceitualmente fontes materiais (materiais de campo, resultados empíricos, fontes bibliográficas), fundamentação teórica, compreensão e domínio do estado da arte, domínio amadurecido dos procedimentos argumentativos e demonstrativos. De uma dissertação o que há de se requerer é o domínio (compatível com os estudos pós-graduados) dos procedimentos

da pesquisa e uma apresentação consistente do estado da arte em um âmbito de questões da área de conhecimento.

c) Uma tese de doutorado deve representar um avanço no estado da arte em um âmbito de questões da área de conhecimento. Deve supor o domínio do *status questionis* e o manejo mais amadurecido dos procedimentos formais e materiais da pesquisa, o que também é comum ao mestrado, consistindo a sua especificidade em representar um incremento importante nos estoques cognitivos de uma determinada especialidade. Este incremento pode consistir na descoberta material, na invenção conceitual ou na inovação metodológica.

## II - ASPECTOS MATERIAIS

a) **Pertinência de campo.** A tese ou dissertação deve se caracterizar de modo evidente como pertencente à área do conhecimento em que se abriga o Programa; ou explicitar com clareza e de modo convincente sua perspectiva de inscrição.

b) **Questões e/ou hipóteses.** A tese ou dissertação deve explicitar as questões fundamentais que orientam a pesquisa, apresentadas de maneira clara e compatível com o nível de estudos pretendido; e/ou formular hipóteses – efetivamente utilizadas, em seguida, como norteadoras da pesquisa.

c) **Fundamentação teórica.** A tese ou dissertação deve demonstrar competência no trabalho conceitual e na elaboração de fundamentação teórica adequada a seu objeto; uso das referências bibliográficas compatível com o grau acadêmico; relação com os autores de referência segundo uma leitura que respeita e desafia as fontes; um reconhecimento amadurecido do estado da arte no que refere ao âmbito teórico de inscrição da questão; e um uso efetivo dessa fundamentação no trabalho de observação e de tratamento de dados.

d) **Procedimentos de pesquisa.** A tese ou dissertação deve demonstrar domínio, compatível com o nível de Doutorado ou Mestrado, dos procedimentos de pesquisa e de demonstração (empíricos, experimentais ou especulativos), usados corretamente e apresentados de maneira adequada – de modo pertinente às questões, às teorias básicas e aos trabalhos de observação e de análise.

e) **Procedimentos argumentativos e redacionais.** A tese ou dissertação deve demonstrar domínio amadurecido dos procedimentos argumentativos e expositivos bem fundados, com clareza conceitual e precisão na formulação das proposições; boa estruturação geral do texto, apresentando um percurso discursivo/argumentativo consistente que se move das questões básicas às demonstrações e conclusões pertinentes.

f) **Incremento/Contribuição.** A tese ou dissertação deve explicitar suas contribuições específicas para a área do conhecimento, proporcionalmente ao nível dos estudos. Este incremento pode em descoberta material, invenção conceitual ou inovação metodológica. Assumindo a boa adequação dos demais componentes, como característica principal de atendimento ao padrão esperado, um resultado superior ao desempenho corresponderia à relevância correlata de incremento nos estoques cognitivos de uma determinada especialidade.

No procedimento de avaliação, a Comissão considerou adequado classificar os trabalhos analisados em três faixas de qualidade: Insuficiente, Regular e Bom.

No período, as subcomissões de área receberam e avaliaram uma amostra de 96 teses e dissertações de Comunicação e 32 da área de Ciência da Informação. O resultado da avaliação das teses e dissertações neste período revelou-se uma das dimensões mais interessantes do processo de avaliação dos Programas. Embora tenha demandado um considerável esforço por parte das comissões, o instrumento se demonstrou capaz de permitir identificar o padrão de orientação e de trabalhos finais adotados por cada Programa. Com isso, foi possível diagnosticar, por comparação com os demais Programas do sistema, tendências positivas e negativas, devidamente apontadas nas Fichas de Avaliação e apresentadas à consideração de cada coordenação.

A avaliação das teses e dissertações não produziu efeito sobre os conceitos atribuídos aos itens e quesitos constantes da Ficha de Avaliação. Tratava-se, neste triênio, de uma experiência de consolidação de mais um instrumento de avaliação qualitativa a ser incluída nos procedimentos gerais da avaliação. O instrumento se provou válido e caberá às áreas, no futuro, decidir sobre a sua adoção definitiva e com efeitos sobre os conceitos. Neste triênio, o resultado desta avaliação apenas retornou para os Programas um olhar comparativo sobre o seu padrão de desempenho no que respeito à orientação de mestres e doutores, para subsidiar políticas internas de qualificação da área neste quesito.

### 3. 3. 2 – Da avaliação qualitativa da produção intelectual

Pela primeira vez as áreas de Comunicação e Ciência da Informação puderam ter a parte da sua produção intelectual publicada em periódicos considerada e ponderada no interior do sistema Qualis/Capes. Este sistema consiste em avaliar, a partir de circulação, qualidade e importância, o conjunto dos periódicos onde é veiculada a produção da área em artigos científicos. Neste triênio, a área de avaliação trabalhou arduamente para preparar o sistema Qualis a ser empregado na avaliação trienal, de forma que chegou ao final do período com um volume consistente de produções qualificadas, e com um Qualis em condições de ser adotado como critério de ponderação qualitativa de parte da produção intelectual, ao par com o que já se realiza nas restantes áreas de avaliação integrantes do sistema nacional de pós-graduação.

O processo de formação do sistema Qualis da área envolveu pelo menos três sessões anuais de avaliação de periódicos, de modo a constituir uma base confiável e consistente de revistas científicas qualificadas. No início e na base do processo de formação do sistema foram estabelecidos procedimentos de elaboração e aplicação de critérios de avaliação de periódicos.

Ao longo desse processo, chegou-se a um conjunto de critérios preliminares (um conjunto de aspectos formais que deve ser integralmente satisfeito pelos periódicos científicos da área) e outro de critérios materiais (os padrões materiais que estabelecem a faixa mínima e ideal a ser alcançado pelos periódicos). Os critérios preliminares são: a) Registro no ISSN (International Standard Serial Number); b) Explicitação das regras de submissão de originais; c) Conselho Editorial (indicação dos responsáveis pela avaliação dos originais e indicação da comissão editorial); d). Regularidade.

O critérios materiais adotados foram:

I. Qualidade das regras de publicação, em função dos seguintes indicadores: a) prioridade dada ao texto decorrente de pesquisa em face de outros gêneros de texto; b) prioridade dada ao texto inédito; c) prioridade dada à descoberta científica e à invenção metodológica ou conceitual contra o princípio de “escoamento da produção” da instituição;

II. Qualidade do Conselho Editorial, materializada nos seguintes indicadores: a) efetividade da “revisão de pares”, de acordo com regras científicas internacionalmente adotadas; b) composição do conselho editorial de acordo com o nível da circulação do periódico (internacional, nacional e local); c) composição do conselho editorial que ateste maturidade científica e *senioridade* em pesquisa dos seus membros;

III. Distribuição da Autoria, em função dos seguintes indicadores: a) predomínio absoluto de autores de fora da instituição (em periódicos internacionais e nacionais pelo menos 70% dos autores não devem pertencer à instituição editora); b) prioridade de autores com maior maturidade científica.

IV. Qualidade dos trabalhos e impacto sobre o campo científico da Comunicação ou da Ciência da Informação;

V. Circulação efetiva do periódico, com presença de coleções em pelo menos todas as bibliotecas dos programas de pós-graduação da área, em caso de periódicos nacionais.

À luz destes critérios produziu-se a base do sistema Qualis adotado no triênio. Esta base, embora, altamente qualificada, é insuficiente para a avaliação de toda a produção intelectual da área e isto basicamente porque se restringe à publicação em periódicos. Como acontece com o conjunto das Humanidades, as nossas áreas têm uma parte considerável e importante da sua publicação consignada em livros, portanto, não alcançada pelo sistema Qualis. Capítulos em coletâneas e artigos em periódicos têm em nossas áreas importância equivalente, mas o meio da produção intelectual mais amadurecida, mais consistente e com maior e mais duradouro impacto e relevância é o livro científico, monográfico e de referência. Assim, a comissão de área teve que acrescentar à classificação Qualis um princípio de ponderação capaz de dar conta das características e da totalidade da publicação da área. O resultado foi a escala apresentada na tabela abaixo, em que se atribui pesos a cada um dos tipos de publicação em função da sua característica, relevância e âmbito de circulação.

Tipo	L I	LN	IA	IB	IC	NA	NB	NC	Local	C I	C N	Org. N	Org. I
Peso	12	8	7	6	5	4	3	2	1	6	4	2	4

Tabela 5: Matriz de Ponderação da Qualidade da Publicação

Os pesos mais altos foram atribuídos aos livros (L) monográficos de circulação internacional (I) e nacional (N). Depois, foi incluído na tabela de ponderação o sistema Qualis, atribuindo-se ao artigo em periódico de circulação internacional e padrão A (IA) o peso mais elevado, enquanto o peso mais baixo foi atribuído a artigos em periódicos de circulação local, sem distinção de padrão. Ao lado desse segmento se incluiu a ponderação de capítulos em coletâneas internacionais (Org. I) e nacionais (Org. N), além da organização dessas mesmas coletâneas. Com isso, se valorizou o livro e a publicação de circulação e impacto internacional, em periódicos ou capítulos (C) de coletâneas.

Na aplicação da tabela de ponderações foram empregadores “fatores de acréscimo” ou “redutores”, de 1 ponto, para quaisquer dos itens, em razão de circunstâncias e aspectos importantes da publicação, tais como tratar-se de produção interna ao Programa, a característica da seleção editorial por comissões acadêmicas, a reputação pública marcante da obra, o lugar de edição na publicação internacional. Assim, por exemplo, foi aplicado o acréscimo de um ponto para cada capítulo publicado na coletânea anual da Compós, ao tempo em que foi empregado um redutor de um ponto para cada capítulo publicado em coletânea organizada pelo Programa a que pertence o pesquisador. O total de pontos obtidos foi dividido pelo número de docentes do NRD6.

Cabe destacar, por fim, que na aplicação da ponderação qualitativa não foram realizados descartes relativos à inserção da produção na área do conhecimento, mas apenas descartes relativos ao tipo de produção (descontou-se, portanto, produções de natureza não-científica, como resultados de atividades literárias). Naturalmente, as publicações em periódicos não qualificados pelo sistema Qualis não puderam ser consideradas.

#### 4. Documentos específicos de cada uma das áreas

Terminado o processo de avaliação, emerge um quadro bastante revelador do estado da pós-graduação *sensu stricto* nas áreas de Comunicação e Informação, onde se pode divisar de maneira bastante nítida os diferentes estágios de consolidação dos diversos aspectos dos programas, bem como as suas deficiências principais, e de onde se podem retirar indicações das perspectivas das áreas e das políticas que precisariam ser sistematicamente implementadas para a plena consolidação destas. Este quadro foi objeto de uma consideração específica de cada uma das sub-comissões, nos termos em que se verá em seguida.

##### 4.1 – Ciência da Informação

Os sete programas de Ciência da Informação distribuem-se da seguinte maneira: PUC/CAMP, UFBA, UFSC e UNESP (cursos de mestrado, somente) e UFMG, UFRJ/IBICT e UnB (cursos de mestrado e doutorado). Deve-se salientar que, deste conjunto, 3 programas foram recomendados pela CAPES recentemente: UFBA, UFSC e UNESP, os demais mestrados iniciaram na década de 70 e os doutorados na década de 90.

##### I. DADOS QUANTITATIVOS

Os programas de Ciência da Informação comportam, no final de 2003, um corpo docente de 83 docentes, 64 dos quais compoem o núcleo permanente dos mesmos (ou seja, aquilo que foi até agora denominado o NRD6). Neste sentido é possível perceber um crescimento numérico importante da área, pois no final de 2000 os 5 programas reconhecidos à época contavam 56 docentes, 39 dos quais no núcleo permanente. Assim sendo, no triênio o número de programas subiu de 5 para 7 e o número de docentes permanentes passou de 39 para 64.

No triênio os programas titularam um total de 228 mestres e 43 doutores em Ciência da Informação. Também neste aspecto ocorreu um aumento quantitativo, pois no

triênio anterior os programas formaram 206 mestres e 30 doutores. Na média, 76 mestres e 14 doutores foram formados por ano, entre 2001 e 2003, sendo que no triênio anterior estas médias se situavam entre 68 mestres e 10 doutores por ano.

## II. DIAGNÓSTICO DA ÁREA

A área cresceu no triênio, tanto do ponto de vista quantitativo quanto qualitativo. Embora os programas de Ciência da Informação reajam lentamente às sinalizações, em função de uma certa timidez que os caracteriza, a melhoria é notável, particularmente no que diz respeito a dois aspectos considerados fundamentais pela avaliação: a inserção das pesquisas no campo da Ciência da Informação e a produção bibliográfica resultante deste esforço.

Ao longo do triênio os programas implantaram algumas modificações, ou ajustes, no enunciado de suas áreas de concentração e linhas de pesquisa. O esforço para conferir consistência à organização acadêmica dos programas é palpável, causado pelo abandono de uma prática generalista de construção do conhecimento e pela adoção de um certo consenso segundo o qual esta construção do conhecimento pressupõe uma crescente especialização e verticalização na pesquisa. A partir de sugestões, feitas pelas sucessivas comissões de avaliação e de acompanhamento, acerca da coerência entre projeto de pesquisa do corpo docente e respectiva linha de pesquisa, da adequação da produção intelectual dos docentes nas respectivas linhas, bem como da sua atividade formativa (disciplinas e orientações), muitos esforços foram investidos, gerando um quadro geral muito mais harmonioso do que aquele que podia ser observado no triênio anterior (1998 a 2000). Embora este processo de ajustes nunca possa ser considerado finalizado, e tenha gerado, por momentos e circunstancialmente, desconfortos e controvérsias, o mesmo é inegável e deve ser interpretado como o maior sinal de amadurecimento da área no período. O processo de ajustes, geralmente levando a bons resultados, pode ser entendido tanto como o alcance de um certo estágio de pacificação a respeito do caráter interdisciplinar da área (os programas incorporaram o caráter interdisciplinar de seu objeto e passaram a perseguir uma construção disciplinar do mesmo, conferindo uma maior consistência às suas áreas de concentração e linhas de pesquisa), quanto também uma consciência crescente de que os programas integram o sistema nacional de pós-graduação, redundando em algumas restrições ditadas pelo sistema e em enormes ganhos acadêmico-científicos.

Conseqüência deste amadurecimento científico da área, mas também conseqüência de sucessivas sugestões e recomendações das comissões de avaliação e acompanhamento, que constatavam que o corpo docente dos programas de Ciência da Informação pouco publicava, notou-se no triênio um esforço meritório neste sentido. Contribuíram, neste sentido, três fatores:

a) a organização de várias coletâneas, empreendidas por diferentes programas, e que divulgaram sob forma de capítulos pesquisas e pensamentos até então pouco visíveis. A organização de coletâneas obviamente não pode ser considerada um objetivo “nobre” da produção intelectual de programas de pós-graduação, almejando-se a edição de livros que aprofundem discussões acadêmicas, mas para o estágio em que a área se encontra, estas coletâneas trouxeram um novo alento e uma nova dinâmica na circulação de idéias.

b) a periodicidade bastante regular dos periódicos científicos da área, editados em suporte papel – estes periódicos certamente desempenham um papel fundamental na divulgação do conhecimento gerado pelos programas de pós, notando-se uma



presença cada vez maior de co-autorias entre docentes e discentes, bem como textos de autoria de discentes.

c) A agilidade dos periódicos eletrônicos, que ajudaram a reverter um certo desânimo, sensível até alguns anos atrás, de pesquisadores que se sentiam desestimulados a publicar face ao intervalo de tempo, percebido como muito longo, entre o momento do envio do original e sua publicação.

A associação dos três fatores acima certamente explica um índice maior de publicações no triênio, embora a área ainda publique pouco (face aos parâmetros aprovados pela área de Comunicação/Ciência da Informação) e deva prosseguir neste esforço editorial.

Entretanto, há ainda aspectos a merecer a atenção da área. Ainda se observa, por exemplo, integrantes do corpo docente que não têm envolvimento com a pesquisa, o que é considerado fato grave do ponto de vista da avaliação Capes. O corpo docente permanente de um programa de Pós deve ser constituído de pesquisadores sênior, com forte presença e liderança em projetos de pesquisa. Por conseguinte, é inconcebível que qualquer desses docentes não tenha participação como membro ou responsável por um projeto de pesquisa.

Outro problema observado é o pouco, para não dizer inexistente, intercâmbio de mão dupla, ou seja, intercâmbios em que os docentes das duas instituições conveniadas têm uma participação ativa. Ou seja, os professores de cada uma das instituições têm atividade real de docência, de orientação, etc. na outra instituição.

### III. SUGESTÕES PARA O FUTURO

A área vem respondendo positivamente às recomendações, mas ainda o faz de forma tímida. Assim como os programas devem continuar atentos à construção e manutenção de sua consistência interna, os mesmos devem ensejar esforços para aumentar seus corpos docentes (alguns programas se encontram no patamar mínimo) e suas publicações. Em relação à pesquisa, esta ainda merece muita atenção, pois ainda se enuncia de forma excessivamente localizada, no tempo e no espaço, raramente perseguindo objetivos generalizáveis. Embora a percentagem de “estudos de caso” venha diminuindo, a mesma ainda constitui a tônica das dissertações de mestrado e de uma parcela das pesquisas sob responsabilidade do corpo docente. Finalmente, sugere-se que, numa ação conjunta entre as associações de pós-graduação e graduação em Ciência da Informação e os diferentes programas, seja empreendido um esforço especial no sentido da organização de uma biblioteca básica de livros para o ensino de graduação, fruto das pesquisas desenvolvidas na pós-graduação.

Os programas de pós-graduação em Ciência da Informação parecem atestar o final de um ciclo, que grosso modo iniciou com o início da pós-graduação na área no Brasil (anos 70), de formação e titulação dos corpos docentes das IES. Se este objetivo ainda não foi totalmente cumprido, certamente o foi em boa parte, notando-se uma percentagem cada vez maior de egressos que não têm vínculo com os cursos de graduação em Biblioteconomia e Ciência da Informação. Neste sentido foi formulada a sugestão anterior, de inseminação da graduação através da pesquisa (processo este que é sensível nas IES que mantêm a formação em níveis de graduação e pós-graduação associados, através da atuação do mesmo corpo docente), divulgando a

produção naqueles cursos de graduação que não mantêm vínculo com um programa de pós-graduação. No mesmo sentido, faz-se necessário um amplo estudo dos egressos da pós-graduação, para verificar com maior precisão o acerto da opinião sobre o encerramento de uma primeira grande fase da pós-graduação em Ciência da Informação no Brasil através da análise dos perfis profissionais dos egressos e de sua atuação profissional.

## 4.1 – Comunicação

### 4.1. 1 – Diagnóstico do desempenho da área

A área de Comunicação progrediu no triênio em praticamente todos os requisitos da Pós-Graduação. Já se apontou em outra parte deste documento o considerável crescimento do número de Programas, dos cursos de Doutorado e do número de titulados por ano. Além desses aspectos, há evidência de crescimento importante em aspectos fundamentais, como o número de publicações qualificadas, publicação com inserção internacional, participação dos discentes na publicação dos Programas, cooperação e intercâmbio científicos de bom nível.

Além disso, cabe destacar os primeiros resultados das políticas adotadas na área nos últimos anos voltadas para assegurar que a produção científica e as atividades de formação realizadas pelos e nos Programas de Pós-Graduação de Comunicação se destinem de forma decisiva a produzir conhecimento e a preparar pesquisadores e docentes com inserção clara no campo da Comunicação Social. Tais políticas representaram um alto investimento em ajustes e reformulações, a que se dedicaram, sem exceção, todos os Programas da área neste triênio. O resultado está se produzindo na forma de uma virada fundamental, cuja característica mais marcante no período foi a transformação dos Programas em fecundos canteiros de obras. O retorno dos investimentos feitos com alto custo é um foco de área muito maior do que no passado, a formação de grupos e atividades de pesquisas mais centradas na Comunicação e, sobretudo, uma pesquisa muito mais voltada para produzir o conhecimento científico sobre a Comunicação de que a área e o país tanto precisam.

Os quesitos relacionados à configuração e capacitação do corpo docente, às atividades de formação (estrutura e oferta curricular e atividade de orientação) e ao corpo discente (dimensão, orientação e fluxo) mantiveram a tendência positiva registrada nas últimas avaliações e, salvo raras exceções, pode-se dizer que os Programas da área estão consolidados com relação a estes aspectos. A dimensão do corpo docente e do núcleo de professores permanentes é em geral adequada e os problemas que persistem sob este aspecto são claramente localizados. Com a generalização das políticas de orientação voltadas para acompanhar os estudantes desde o seu ingresso no curso, melhoram a qualidade das dissertações, o fluxo de discentes e a vinculação da pesquisa discente àquela docente.

Na avaliação passada se notavam quesitos em que, embora os programas alcançassem normalmente índices muito expressivos, eram consideravelmente prejudicados por problemas de pertinência à área de conhecimento. Tal era o caso de quesitos como produção intelectual e teses e dissertações, atingidos seriamente em alguns Programas pela aplicação do critério de pertinência. Nesses casos, o desempenho dos programas era prejudicado em razão da dispersão temática de parte da sua produção. Este problema diminuiu sensivelmente no triênio e se nota que uma série de medidas foi tomada (algumas que só revelarão eficácia plena na próxima avaliação) para garantir a inserção de área. Com isso, a dispersão temática perde

importância como fator de desqualificação de quesitos importantes da área e ainda atinge volumes relevantes apenas em Programas isolados, mais precisamente naqueles em que os ajustes empreendidos ainda não foram suficientes ou não foram implementados com a velocidade necessária. Por esta razão, a avaliação desses quesitos é claramente superior no triênio em análise em comparação àquele passado.

A atividade de pesquisa manteve-se por muito tempo como o quesito problemático na área de conhecimento. Mesmo aqui, contudo, houve claros progressos, embora os esforços de ajustes devam ainda prosseguir. A designação e descrição dos projetos em geral ganharam em qualidade e clareza, os projetos mesmos são mais qualificados e aumentou consideravelmente o nexo entre os temas e objetos das investigações, a estrutura de pesquisa configurada em áreas de concentração e linhas de pesquisa, e a oferta curricular ou da publicação docente. Tudo isso aponta para uma melhora considerável na cultura de pesquisa da área, resultado da adoção de políticas e de instâncias internas de controle e avaliação da pesquisa. Notam-se, como efeito, o aumento da competitividade da área (em Editais Universais, Pronex, Editais de Cooperação Internacional, etc.), o aumento de grupos de pesquisa produtivos e qualificados e a formação de especialidades mais claras e consistentes no interior dos Programas.

Neste mesmo horizonte, tornou-se praticamente coisa do passado, na área, determinadas práticas ainda muito comuns há poucos anos, como a existência de orientadores que não pesquisavam ou um número excessivo e descontrolado de projetos declarados nos relatórios anuais. Vê-se claramente que a política adotada universalmente na área transformou o corpo docente dos programas, integralmente, em um corpo de pesquisadores, de forma que é felizmente rara hoje em dia a presença de docente sem atividade de pesquisa. Ademais, houve claro controle interno na atividade de pesquisa, tendo como resultado imediato um volume mais coerente de projetos em andamento em cada Programa.

Manteve-se, com reforço, a tendência já apontada na avaliação passada, de os Programas reagirem rapidamente à avaliação e ao acompanhamento realizado pela Capes e empregarem os critérios e princípios adotados para a avaliação na área como elementos orientadores de políticas de qualificação. Verifica-se, antes de tudo, um movimento constante de atualização e melhora em praticamente todos os aspectos dos programas como reação a observações, sugestões ou recomendações apresentadas pelos comitês científicos da área. Políticas adotadas para garantir a pertinência de área, a qualidade da pesquisa e da publicação e ajustes nas estruturas de pesquisa e formação tornaram-se comuns em toda a área. No triênio, surgiram, conseqüentemente, linhas de pesquisas mais consistentes e efetivas, instâncias internas de avaliação das pesquisas, regras e instâncias para credenciamento de orientadores do núcleo docente, ajustes nas estruturas curriculares e várias outras medidas destinadas a qualificar praticamente todos os Programas. O resultado é que, em média, a área neste triênio está mais forte, mais consistente e mais competitiva do que jamais esteve.

#### 4.1. 2 – Recomendações

A área resolveu ou, pelo menos, encaminhou-se de forma apropriada para a resolução de dificuldades que investiam contra os fundamentos de adequadas práticas de ciência e pós-graduação. Tornou-se, deste ponto de vista, mais consistente e mais competitiva. Estabelecidos os fundamentos, precisa, antes de tudo, manter o rumo e as iniciativas de ajustes, para que as práticas se sedimentem numa adequada cultura

científica. Precisar, ademais, avançar agora para patamares ainda mais qualificados, adotando princípios cada vez mais exigentes.

Os requisitos fundamentais para uma pós-graduação consistente foram rapidamente alcançados nos últimos seis anos, com destaque para o último triênio. As exigências de qualidade do sistema, entretanto, precisam colocar patamares sempre mais altos. Neste momento, a meta da área deve ser voltada para alcançar uma configuração do seu desempenho (publicação, teses e dissertações...) e da sua atuação (orientação, ensino e pesquisa) compatível com o melhor padrão internacional da área. Como parte integrante, mas não exclusiva, deste empreendimento deve a área buscar um volume maior de publicação internacional e de intercâmbios internacionais ativos e maduros. A presença da pós-graduação brasileira de Comunicação no cenário internacional mais competitivo está aquém da capacidade instalada no seu sistema de pós-graduação. Certamente, a pós-graduação de Comunicação do Brasil atingiu um patamar médio bastante superior ao da América Latina (em todo o continente há apenas mais três Doutorados em Comunicação, todos com menos de três anos) e de alguns países da Europa. Precisa, entretanto, aproximar-se mais rapidamente dos sistemas centrais da área da Comunicação no mundo, garantindo uma maior inserção da sua publicação nesses sistemas.

Por outro lado, como o melhor padrão internacional não se reduz à inserção internacional da publicação, se bem que a suponha, é preciso qualificar o “dever de casa” no melhor patamar. O aspecto mais importante a merecer a atenção e o cuidado da área no futuro diz respeito à qualidade da publicação. Alguns anos atrás, o volume de publicação docente e discente era uma preocupação da maior parte da área, porque o patamar de dois títulos anos parecia, a tantos, excessivamente exigente. Hoje são raros os casos de orientadores que não superem com folga este limite. Não se deve, a este ponto, encorajar uma política orientada pelo princípio de que em publicação científica “o mais é o melhor”. Melhor é publicar em periódicos e coletâneas de excepcional qualidade ou publicar livros de referência. Publicar não importa onde é uma péssima política científica. Campos científicos fortes só se formam se a publicação for competitiva, em poucos e excelentes veículos que todos lêem e citam. A área de Comunicação tem um excessivo número de periódicos, o que torna parte da produção intelectual publicada em condições de baixa competição (há sempre uma revista onde publicar o meu artigo) e, conseqüentemente, não lida pelos pesquisadores de ponta. Além do mais, ainda recorre ao expediente, felizmente sempre menos empregado, de coletâneas financiadas pelo Programa com o fim de desaguar produção intelectual não competitiva. Com o sistema Qualis implantado e funcionando a qualificação da publicação fica evidente e a área precisa melhorar consideravelmente sob este aspecto. Coletâneas sem rigorosa seleção editorial e periódicos com baixa competitividade (Nacional C e Local A, B e C, por exemplo) precisam ser evitados a todo custo. Deve-se buscar, por outro lado, investir com maior decisão na publicação da literatura científica de referência para a área de Comunicação Social, principalmente em livros monográficos altamente qualificados. Superar esta última barreira de qualidade deve ser uma meta comum da área no próximo triênio.

#### 4.1.3 – Resultado da avaliação

Na avaliação passada, a cinco Programas foi atribuído o conceito 5, a seis foi atribuído o conceito 4, a dois o conceito 3 e a um o conceito 2. Neste triênio, manteve-se o mesmo número de Programas com conceito 5, os Programas de conceito 4 subiram para sete, igual número de Programas ficaram com conceito três. Não houve no triênio tanta mobilidade nas classificações quanto aquela do triênio anterior. Na verdade,

houve apenas três alterações de classe, duas delas em sentido ascendente: a UFPE saiu de 3 para 4, a PUC/RS saiu de 4 para 5 e a UFRGS caiu de 5 para 4. Desta vez, nenhum curso recebeu o conceito dois.

Em geral, os Programas completos com Mestrado e Doutorado tiveram um desempenho melhor na avaliação, o que é natural, por tratar-se de grupos mais consolidados. Com exceção do Programa da USP, que não conseguiu resolver a tempo os seus problemas de estrutura, todos os outros cursos com conceito três são novos Mestrados da área, introduzidos no sistema nos últimos quatro anos. Cinco dos sete cursos a que se atribuiu o conceito 3 foram submetidos pela primeira vez a uma avaliação neste período. No conjunto dos cursos novos, aliás, apenas o Mestrado da UFPE conseguiu rapidamente evoluir atingindo o patamar de um curso Bom. Praticamente todos os cursos 3, entretanto, demonstram que com um pouco mais de tempo de maturação, e mantidas as políticas de qualificação atuais, têm condições de evoluir no ranking da área.

O conjunto dos Programas de conceito 4 da área permaneceu relativamente estável. Isso não quer dizer que não tenham progredido, mas os seus movimentos internos de ajuste, legível nas Fichas de Avaliação, foram acompanhados pelo crescente aumento das exigências do sistema nacional de pós-graduação. A mesma estabilidade pode ser atribuída ao conjunto dos Programas com conceito 5, que atingem o patamar da excelência da área. Quatro dos cinco cursos situados neste patamar (UFBa, UFMG, Unisinos e UFF) tinham sido considerados cursos 5 na avaliação passada. Apenas o curso da UFBa vem sendo colocado neste patamar desde 1997. Os cursos de conceito 5 são notavelmente melhores neste triênio do que o foram no triênio passado em praticamente todos os quesitos sob avaliação. O que confirma o acerto da classificação passada. Em apenas um caso, um Programa considerado 5 na avaliação passada teve uma performance no triênio que o distanciou dos outros cursos 5 e o aproximou do conjunto dos cursos de conceito 4.

## 5. Cursos 6 e 7.

Novamente neste triênio, sete programas – cinco de Comunicação e dois de Ciência da Informação – foram distinguidos com o conceito 5 e considerados programas de excelência na área de avaliação. Nesse conjunto, apenas dois programas, um de cada área, foram promovidos neste triênio, sendo todos os outros cursos já tinha sido colocados nesta classe na avaliação passada.

Uma vez estabelecidos os cursos 5 e em conformidade com as determinações da Capes, o comitê reexaminou estes programas na perspectiva de promovê-los às classes imediatamente superiores. Os sete programas, todos com cursos de Mestrado e Doutorado, foram avaliados à luz do documento Perfil dos Cursos 6 e 7, aprovado pela área de avaliação. O comitê considerou que nenhum dos cursos 5 da área reúne ainda condições de ascender à classe dos programas 6 e 7, pois, embora atinjam a excelência na maior parte dos quesitos analisados, não possuem ainda aquele diferencial de qualidade e aquela consistência diferenciada em sua performance que autorizariam uma promoção justa e adequada. Na verdade, falta às nossas áreas ainda alguns requisitos fundamentais para que os seus Programas de excelência alcancem um patamar de desempenho compatível com o melhor padrão internacional das áreas de Comunicação ou Ciência da Informação. No caso de alguns programas das duas áreas, a passagem para tais níveis é uma questão de realização de pequenos ajustes e de implementação de certas políticas, devidamente indicadas nas

Fichas de Avaliação e neste Documento de Área, que certamente produzirão, muito brevemente, a consolidação nos patamares adequados para a promoção.